



ACÓRDÃO Nº 1076/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10911/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Genésio Vitalino da Silva Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DIATV e DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2880/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2016.

Regularidade. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Genésio Vitalino da Silva Neto**, Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 (LOTCE/AM); c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 (RITCE/AM);
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Genésio Vitalino da Silva Neto**, Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE/AM, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

